



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de maio, às 19h, deu-se início a Audiência Pública para demonstração e avaliação das Metas Fiscais do 1º trimestre de 2021, em cumprimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101 de 2000. Dando início, a Presidente da Câmara Municipal, Eliana Maria Nunes procedeu a abertura da presente audiência, na qual estiveram presentes todos os vereadores, a Assessoria Jurídica do Legislativo representada pelo Dr. Adailton Gomes Silva, o Prefeito Joaquim Laércio Rodrigues, os secretários de esporte e de finanças Ademir Aparecido Rodrigues e Carla Angélica Seixas Carvalho Bouglex, e o contador do Poder Executivo Waldecir Batista, que procedeu a apresentação dos demonstrativos contábeis. Após a apresentação, a presidente Eliana Maria Nunes solicitou que fosse feito um comentário geral sobre a situação financeira atual da Prefeitura e sobre o comportamento das receitas em 2021 em relação ao previsto no Orçamento, pediu explicação sobre a diferença na aplicação dos recursos do FUNDEB destinados à remuneração dos profissionais do magistério, visto que a Lei 14.113/2020 determina que pelo menos 70% dos recursos anuais do referido fundo devem ser usados com a folha de pagamento do magistério, sendo que no 1º trimestre este percentual ficou em 61%, e também, se a Prefeitura possui estimativa anual de gastos que permita prever que o percentual mínimo de 70% será atingido ao final do ano, e se os profissionais do Magistério receberam o reajuste de 4,52% que foi aplicado como revisão geral aos servidores do Município. De acordo com o contador Waldecir Batista, o percentual de 4,52% será pago aos profissionais do magistério ao final do mês de maio com data retroativa a janeiro de 2021 e quanto à aplicação de 70%, esta ocorrerá ao decorrer do ano. Sobre a arrecadação do FUNDEB, o contador explicou que os repasses foram feitos a maior, por erro de cálculo, informando que nos meses seguintes haverá correção, sendo compensados os valores anteriormente repassados em maior quantidade. Em seguida, a presidente indagou sobre o valor total dos precatórios pendentes que o Município tem a pagar, perante a Justiça do Trabalho e a Justiça Comum e qual o valor mensal que a Prefeitura está repassando ao TRT para pagamento dos precatórios trabalhistas, tendo como resposta do contador que os precatórios e aberto estão sendo levantados pela Assessoria Jurídica do Poder Executivo. Com a palavra franqueada aos vereadores, o parlamentar Mateus Carvalho Vitoriano levantou uma questão sobre as principais fontes de arrecadação de receitas, em especial a patrimonial, no que se refere a aplicações e aluguéis de imóveis, sendo a dúvida do vereador sobre quais imóveis seriam esses. De acordo com o contador Waldecir, esse seria um exemplo do tipo de arrecadação, que não infere em aluguéis que de fato acontecem, apenas as arrecadações de receitas. Oportunamente, a presidente questionou sobre os recursos do CEFEM que segundo o próprio contador, são recebidos devido ao transporte de minério pelas

Waldecir Rodrigues da Silva
Luis H L

Boa noite
Adailton Gomes Silva
Mateus Carvalho Vitoriano



uma boa noite. Eu, Ronilson de Andrade Pereira subscrevo e assino
Sessões, 24 de maio de 2021 Ronilson de Andrade Pereira
Andry Jacques Luiz L
Ronilson de Andrade Pereira
Sei
Valdeir Rodrigues da Silva